

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.310 - PR (2019/0326355-9)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : UNIÃO  
**RECORRIDO** : MARCIA APARECIDA ZASTANI MOREIRA  
**ADVOGADO** : GENERINO SOARES GUSMON - PR011354

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SEGURO DESEMPREGO. REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO. PRAZO. LEI 7.998/90. AUSÊNCIA DE PRAZO MÁXIMO PARA REQUERIMENTO. PRAZO PARA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS. TERMO INICIAL.

A contagem do prazo decadencial para impetração de mandado de segurança tem início na data em que o impetrante foi notificado de decisão final pela autoridade coatora, cuja comprovação é ônus que se atribui à autoridade coatora.

A Lei nº 7.998/90, que regula o seguro-desemprego, não estabelece prazo máximo para o pleito administrativo, dispondo apenas que deve ser formulado a partir do sétimo dia da rescisão do contrato de trabalho (art. 6º).

Logo, ao impor que o requerimento deve ser protocolizado até o 120º (centésimo vigésimo) dia subsequente à data de demissão, o art. 14 da Resolução nº 467/2005-CODEFAT cria uma limitação ao exercício do direito, sem amparo legal, inovando restritivamente o ordenamento jurídico" (fl. 170e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além da divergência jurisprudencial, violação aos arts. 2º, 2º-C, § 2º, 19, V, da Lei 7.998/90, 13 e 14 da Resolução CODEFAT 467/2005, sustentando que: **a)** "a Lei nº 7.998/90, que dispõe acerca do seguro-desemprego, prevê expressamente a competência do CODEFAT para regulamentação dos procedimentos necessários ao recebimento do referido benefício" (fl. 188e); **b)** "o prazo de 120 dias estabelecido na Resolução CODEFAT 467/2005 para a postulação do benefício do seguro-desemprego encontra-se condizente com a própria finalidade do instituto, bem como encontra-se em consonância com o prazo máximo disposto na própria Lei nº 7.998/90 (§2º do art. 2º-C)" (fl. 189e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 212/222e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 225e).

A pretensão merece acolhimento.

Na origem, cuida-se de Mandado de Segurança, impetrado pela parte ora recorrida, "através do qual tenciona obter provimento jurisdicional que imponha o pagamento imediato das parcelas do benefício de seguro desemprego a qual faz jus" (fl. 81e).

O Tribunal de origem manteve a sentença que concedera a segurança, por entender ser "descabido o indeferimento do pedido de seguro-desemprego unicamente pelo motivo de que postulado fora do prazo de 120 dias previsto em resolução do CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), porque a limitação mencionada não encontra amparo legal, uma vez que a Lei 7.998/1990 não prevê prazo máximo para o requerimento do benefício em questão" (fl. 129e).

Todavia, o entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em dissonância com a jurisprudência desta Corte, que reconhece a legalidade das disposições presentes em resolução disciplinando o prazo de 120 dias, a partir da rescisão do contrato de trabalho, para requerer o seguro-desemprego.

Nesse sentido:

"PREVIDENCIÁRIO - SEGURO-DESEMPREGO - PRAZO DE 07 ATÉ 120 DIAS PARA REQUERER, CONTADO DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO - FIXAÇÃO POR MEIO DE RESOLUÇÃO - PRETENDIDA - NÃO-PREVALÊNCIA - NÃO-ACOLHIMENTO.

- A norma que disciplina o denominado seguro-desemprego é a Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990. A teor do contido no § 2º do artigo 2º da Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação dada pela Lei n. 10.608, de 20 de dezembro de 2002, 'caberá ao CODEFAT, por proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, estabelecer os procedimentos necessários ao recebimento do benefício previsto no caput deste artigo, observados os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT, ficando vedado ao mesmo trabalhador o recebimento do benefício, em circunstâncias similares, nos doze meses seguintes à percepção da última parcela'.

- A Resolução n. 64, de 28 de julho de 1994, prevê, no artigo 10º, que 'o trabalhador, a partir do 7º (sétimo) dia e até o 120º (centésimo vigésimo) dia subsequente à data da sua dispensa, poderá encaminhar requerimento de seguro-desemprego ao Ministério do Trabalho por intermédio de suas Delegacias e do Sistema Nacional de Emprego'.

- A resolução acima consiste em ato administrativo normativo, cuja expedição é derivada de autoridade do Executivo, ou seja, o Ministro do Estado do Trabalho e Emprego. Essa autoridade, segundo dicção do dispositivo legal acima reproduzido, propõe, e ao CONDEFAT cabe estabelecer os procedimentos necessários ao recebimento do benefício.

- **Verifica-se que a Resolução n. 64, de 28 de julho de 1994, ao fixar prazo para a percepção do seguro-desemprego, nada mais fez do que seguir os ditames autorizados pela Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990.** Dessa feita, deve prevalecer o prazo para o requerimento do seguro-desemprego a partir do 7º (sétimo) dia até o 120º (centésimo vigésimo) - Outra particularidade que merece ser registrada é a circunstância inscrita no verso da Comunicação de Dispensa, encartada nos autos, onde consta o procedimento e as instruções para o trabalhador perceber o seguro-desemprego, em que estabelece, para tanto, o prazo de requerimento, o qual deve permear entre 7 (sete) e 120 (cento e vinte) dias (cf. fl. 9 vº) contados da rescisão do contrato de trabalho, na forma estabelecida Resolução n. 64, de 28 de julho de 1994.

- Recurso especial provido para reconhecer o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da rescisão do contrato de trabalho, para requerer o seguro-desemprego" (STJ, REsp 653.134/PR, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, DJ de 12/09/2005, p. 284).

Nesse mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: STJ, REsp 1.578.601/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe de 20/09/2018; STJ, AREsp 506.460/AL, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Convocada do TRF da 3ª Região), DJe de 22/04/2016; STJ, REsp 1.174.034/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJe de 25/02/2010.

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, para denegar a segurança pleiteada.

Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios (art. 25 da Lei 12.016/2009). Custas **ex lege**.

I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora